

Assunto: Solicitação de informações detalhadas sobre a evolução da dívida pública municipal – Exercício Financeiro de 2025

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras,

Senhores Vereadores,

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Oriximiná, solicitando as seguintes informações e esclarecimentos referentes ao Balanço Geral do Exercício Financeiro de 2025, especialmente no que diz respeito à **Dívida Flutuante e à Dívida Fundada Interna:**

1. SOBRE A DÍVIDA FLUTUANTE

Considerando que o saldo da dívida fluante passou de aproximadamente R\$ 157.163.000,09 para R\$ 184.671.837,59, requer:

- a) Relação detalhada de todas as obrigações inscritas no exercício de 2025, que totalizam aproximadamente **R\$ 105.203.183,91**, discriminadas por credor, natureza da despesa e fonte de recurso;
- b) Relação completa das despesas pagas (baixa) no exercício, no valor aproximado de **R\$ 77.694.346,41**, com identificação dos beneficiários;
- c) Justificativa técnica para o aumento da dívida fluante no período, considerando que o volume de inscrições superou o de pagamentos;
- d) Relação atualizada dos Restos a Pagar, discriminando:

Processados

Não processados

Cancelados (se houver)

2. SOBRE A DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Considerando o montante de aproximadamente **R\$ 17.370.808,10**, requer:

- a) Detalhamento atualizado das obrigações junto a:

INSS

PASEP

FGTS

Outros encargos sociais

- b) Justificativa para a ausência de pagamento (resgate) dessas obrigações no exercício de 2025;
- c) Informar se o município se encontra adimplente junto aos órgãos federais, especialmente quanto à regularidade previdenciária;
- d) Informar a situação do município junto ao CAUC (Cadastro Único de Convênios);

3. JUSTIFICATIVA

O presente requerimento fundamenta-se no dever constitucional de fiscalização do Poder Legislativo, especialmente diante de indícios de:

Crescimento significativo da dívida de curto prazo;

Ausência de redução da dívida de longo prazo;

Possível comprometimento do equilíbrio fiscal do município;

Ressalta-se que tais informações são essenciais para garantir a transparência da gestão pública, bem como para assegurar o correto acompanhamento da aplicação dos recursos públicos.

4. PRAZO

Requer que as informações sejam encaminhadas no prazo legal, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, Plenário Lucelindo Tavares, em 06 de maio de 2026.


MARCELO AUGUSTO ANDRADE SARUBI

Vereador PSDB

Leia-se o
No expediente da Sessão de Hoje


Em, _____

APROVADO

LIDO NO EXPEDIENTE DA

Em, _____

Em, _____


Secretário (a)

SECRETÁRIO